

# APRESENTAÇÃO - DOSSIÊ DESCOLONIZAÇÃO: ESFORÇOS DE DEFINIÇÃO DE UM CONCEITO EM TENSA MUDANÇA

---

A conjuntura mundial dos últimos cinco anos marcada pela pandemia do COVID 19 foi marcada por um pânico generalizado face a doença morta para a qual não tínhamos imunidade, vacinas e procedimentos preventivos claros. O recolhimento forçado que os cinco continentes vivenciaram, mostraram mais uma vez a profunda desigualdade nas margens das nações mais ricas e das periferias ainda maiores do sul global.

E esse período de recolhimento forçado que ceifou milhões de vidas foi um tempo de se repensar outras formas sociais de continuidade da dinâmica de produção e do mercado, a expansão do trabalho *home office* que veio para ficar e o aumento abusivo da precarização do trabalho, especialmente dos que se dedicam às atividades manuais e dos trabalhadores rurais que se avizinham ainda mais, no caso de muitos países, a condições análogas à escravidão.

Desde 2023 as guerras que ocorrem no continente africano, com destaque para as que atingem o Sudão, o Sudão do Sul, o Congo, a República Centro Africana e a região de Cabo Delgado em Moçambique têm nos evidenciado que a base desses conflitos se distancia muito dos chamados movimentos de libertação nacional pela historiografia que marcaram o advento do fenômeno da descolonização.

É importante ressaltar que as guerras da metade da segunda década do século XXI se tornaram em si mesmas uma forma de atividade rentável, articulando empresas e agentes internos aos países africanos e profissionais de conflitos, como os grupos paramilitares, que fazem da guerra uma atividade de acumulação de riqueza, descarte humano e de apropriação voraz das riquezas minerais africanas.<sup>1</sup>

---

1 Esse aspecto da guerra como atividade rentável na África e do aumento da mortalidade e do desprezo da vida e da integridade da população civil ver: LISBOA, Luiz Fernando. Memórias Missionárias em Cabo Delgado. Organização e estudos de Patricia Teixeira Santos, Keith Valéria Barbosa, Nuno de Pinho Falcão e Camila Castro de Souza. Brasília: Edições CNBB, 2024. PP. 207-211

Essa complexificação dos conflitos que ocorrem na África de maneira contundente, mas que marcam também outras guerras que ocorrem nos cinco continentes, como a da Ucrânia, na península arábica, por exemplo, trazem a percepção para muitos historiadores, cientistas sociais e movimentos políticos e de reivindicação de direitos humanos e civis, de que se vive uma era “neocolonial” com muita voracidade e tal fato, junto com o avanço da extrema direita no mundo, põe em questão os limites frágeis da globalização neoliberal, que mais aumenta as margens de periferização e miséria, do que o avanço econômico e social fundamentado numa liberdade de ação, que é marcada por um novo imperialismo destituído de toda pretensão de uma suposta elevação civilizatória do mundo.

Nos tempos atuais são os intelectuais do sul global que trazem nos seus escritos e experiências, as visões mais equânimes de um mundo novo que poderia ser marcado pela valorização das diversidades culturais e sociais como elementos de construção de epistemologias mais criativas, agregadoras, transformadoras e progressistas, no sentido do impulso do avanço de conquistas de direitos sociais, econômicos e políticos.

Contudo, as antigas nações colonizadoras dos séculos XIX que se reorganizam enquanto polarizadoras dos conflitos da guerra fria e que se apresentaram nos últimos 40 anos como as defensoras do neoliberalismo, exercem hoje uma política agressiva neocolonial: sem promessas civilizatórias, com restrições de direitos e com o descarte de populações e nações consideradas periféricas.

Nesse contexto altamente predatório da política internacional e de crise da ONU e da força do diálogo entre as nações, o presente dossiê traz diversas perspectivas de como se observar a retomada conceitual das discussões sobre a descolonização. Impulsionados pelos problemas contemporâneos, se faz aqui um revisitar dessa tema desde os anos das lutas anticoloniais do pós segunda guerra mundial e se analisa dinâmicas sociais, políticas e econômicas atuais em que a busca da descolonização dos saberes e das relações se coloca de uma forma tão enfática.

Esse dossiê se propôs também a compreender que a descolonização tal como é discutida e pensada hoje suscita uma crítica real de permanências

autoritárias nas atuais ações de diversos políticos e partidos africanos, sustentados pelo discurso de um saudosismo da luta anticolonial de meados dos anos 50, com a independência de Gana, até 1975, com o fim do mandato colonial em Moçambique, Angola, Guiné Bissau e Cabo Verde.

As críticas aos atuais governos africanos que se eternizam no poder de forma neoliberal e violenta, as guerras que produzem milhões de deslocados, a repressão aos saberes acadêmicos e a liberdade de expressão nas universidades estadunidenses e em muitos países do mundo e o recente concerto internacional para a naturalização do massacre empreendido por Israel sob governo de Netanyahu, pautam o tema da descolonização para a humanidade que vive a crise do sistema capitalista e a falência do liberalismo político.

Ao refletirmos sobre a descolonização é fundamental pensarmos sobre o que se entende por colonialismo. No seu instigante artigo “Sobre o conceito de Colonialismo: rumo a uma definição”, Felipe Paiva Soares aponta os diversos usos e compreensões desse termo e as diversas situações que o mesmo se refere, mostrando a polissemia do mesmo. No entanto, colonialismo significa um estado de exceção e é sobre essa e demais compreensões que o autor se debruça e nos convida a construirmos parâmetros para uma definição.

Atentando para a espacialidade dos processos de colonização Gustavo Felipe Olesko aposta por uma revisão histórica e geográfica da problemática da colonização e a conseqüente luta por descolonização nos territórios camponeses latino-americanos, centrado nos embates que os projetos extrativistas primários produzem e as formas de resistências que politizam a compreensão do território, como resposta às formas atualizadas de acumulação originária subsumidas nas renovadas formas de colonização.

Ao se pensar nos estranhamentos e diferenciações entre sujeitos que a chamada condição colonial proporciona, Silvio Marcus de Souza Correa no faz pensar sobre a descolonização da alteridade. Numa abordagem pluri-secular e enfatizando o tema da canibalização, o autor brilhantemente nos faz pensar como categorias reducionistas do outro e o tema do canibalismo são exercícios importantes para compreendermos tanto os fenômenos de

redução e exclusão de povos e territórios que não são considerados civilizados e os agentes dessa chamada “civilização”.

Ao se pensar choques e embates em torno dos fenômenos que marcam a colonialidade e as lutas pela descolonização, a autora Raquel Gryszczenko Gomes no seu artigo “História, literatura e descolonização: reflexões a partir da “Promessa” de Damon Galgut”, nos convida de forma analítica e erudita a percebermos a contribuição dos estudos da literatura para a percepção de outras formas de compreensão da descolonização. A partir da análise do romance de Galgut, a autora nos leva a refletir sobre a importância dos diálogos entre História e Literatura para compreensões analíticas das experiências de descolonização.

No descortinar analítico das lutas anticoloniais podemos nos perguntar, quem foram os agentes que demonstraram que a luta que se forjou no trabalho, nas revoltas, nas greves, nos protestos de rua eram ações de descolonização. Enfrentando esse desafio temos o artigo de Lisandro Almeida Braga, intitulado “O Lumpem proletariado em Franz Fanon – uma força política anti- colonial”.

E a partir da identificação das agências que vemos na análise de Braga, temos a instigante análise das ações de Agostinho Neto frente ao partido que teve um papel ímpar na guerra colonial para a independência de Angola, o MPLA. O artigo “Left and Right in MPLA’s Angolan Socialism”, Nuno Fragoso Vidal nos convida a perceber as dificuldades e as escolhas políticas de Neto, suas contradições face a um crucial momento histórico que se acreditava mundialmente no agenciamento dos movimentos de libertação na África, para possíveis avanços do Socialismo no antigo mundo colonial.

Num artigo sensível, muito bem construído e instigante podemos perceber a perspectiva das artes para se pensar as experiências da descolonização. Em “Descolonização nas artes: a crítica histórica de Ibrahim Mahama”, a autora Eliete da Silva Pereira nos traz a rica contribuição de como a construção artística de Mahama traz a compreensão para a descolonização da percepção histórica eurocêntrica, encontrando nas artes formas complexas e elaboradas de trazer temas que são transversais às narrativas históricas e dos líderes políticos, nos possibilitando ver dimensões tanto

da exclusão colonial quanto das viabilidades e caminhos descolonizadores que são únicos.

Nos desafiando criticamente a partir de um rico e minucioso debate sobre o Estado Nação na África, os debates historiográficos que a temática da descolonização nos suscita e como tal fenômeno foi compreendido pela sua realização histórica ou por algo que ainda não se manifestou na vida social e política, temos o instigante artigo de Hector Guerra Hernandez e Jacqueline Wahbeh, intitulado “Uma possível cronologia do pós-colonial: protagonismo anti-colonial, formatos modulares do estado nação e uma descolonização que não chega”.

A resenha de Nubia Aguliar Moreno, intitulada “Pensando o Império e a sua continuidade no Tempo Presente” aborda a obra de Kehinde Andrews “A nova era do império: Como o racismo e o colonialismo ainda dominam o mundo”. A publicação conta com a tradução feita por Cecília Rosas e publicada pela Editora Companhia das Letras, da cidade de São Paulo, do ano de 2023.

Moreno traz a contribuição da obra para compreendermos os impactos e a própria dinâmica colonial e imperial interna no Brasil que se traduziu na Eugenia, a qual permeou as práticas e ações do estado, especialmente em direção às populações periféricas brasileiras e quais as dimensões da compreensão do mito político da “Democracia Racial” numa sociedade profundamente excludente como a brasileira e no momento histórico de ações políticas eugênicas em direção especialmente às populações não brancas.

Já a resenha de Thiago Folador que tem por título “Memórias missionárias de Luiz Fernando Lisboa em Cabo Delgado”, se refere à obra de Luiz Fernando Lisboa “Memórias Missionárias em Cabo Delgado” que foi escrita pelo autor e contou com apoio de pesquisadores de cinco universidades brasileiras e enfatizou a dimensão do testemunho de Luiz Fernando, antigo Bispo de Pemba, que esteve na região de 2001 a 2021, sendo que já era prelado no local desde 2013.

Na análise, Folador destaca as redes estabelecidas pelo Missionário com os povos da província de Cabo Delgado, a crise provocada pelo desenvolvimento da guerra que segue em escalada crescente desde 2022 e os temas neocoloniais que são aflorados na narrativa de Luiz Fernando, quando narra a desapropriação de terras, os deslocamentos da população, as ações dos paramilitares e as fortes limitações do governo nacional.

Que este dossiê possa instigar um olhar ainda mais reflexivo e crítico sobre o estudo do contexto histórico do século XX no qual a temática da descolonização emergiu como um fenômeno histórico riquíssimo e que possibilitou o questionamento da hegemonia da Europa Ocidental no pós segunda guerra e seus usos e compreensões contemporâneas nas duras questões, distopias e lutas para superações de descartes e desumanizações que enfrentamos no momento presente.

Os organizadores

Prof. Dr. Hector Guerra Hernandez (UFPR)

Profa. Dra. Patricia Teixeira Santos (UNIFESP/PPGH UFAM)

\*\*\*

Esta edição da *História: Questões & Debates* ainda conta com a contribuição de três artigos para a Sessão Livre da Revista. Em “Ser Jiripankó: Identidades e Personagens dos Rituais”, José Adelson Lopes Peixoto e Rony Jefferson Albuquerque Farias descrevem a identidade dos indígenas Jiripankó, da região do Alto Sertão de Alagoas. O artigo conta com observações de campo, pesquisa bibliográfica e análises de entrevistas que caracterizam a aldeia e seu universo religioso, relacionando-o com o sentimento de pertencimento étnico. Além disso, defender a urgência de uma abordagem decolonial para os estudos sobre povos originários.

Já em “Libertos Antiguos, Racismo Moderno. Las Manumisiones en Roma y la Historiografía del Siglo XX”, Filipe Noé da Silva e Pedro Paulo Abreu Funari propõem uma análise de obras historiográficas produzidas na primeira metade do século XX, com o intuito de refletir sobre a

escravidão e as Manumissões na Roma Antiga. Para isso, ganham destaque os conceitos de recepção da Antiguidade e dos Usos do Passado, ressaltando a presença, nas obras estudadas, das teorias raciais modernas nos textos sobre as manumissões da Antiguidade Romana.

Por fim, Leonardo Dallacqua de Carvalho, em “Eugenia, esterilização e raça: uma hipótese sobre o mito da democracia racial e a institucionalização da esterilização eugênica no Brasil”, levanta a hipótese de que a celebração da mestiçagem, alicerçada na falsa ideia da democracia racial como um elemento inquestionável da identidade nacional, foi um dos fatores que inibiu a adoção de práticas como a esterilização em massa por razões eugênicas como política de Estado. Mas essa hipótese não afirma que o Brasil colocou em prática uma forma “branda” de eugenia, já que o autor aponta para o propósito de compreender como a exclusão, por meio da eugenia, adotou diferentes mecanismos.

Agradecemos a contribuição das autoras e dos autores e desejamos a todas/os uma excelente leitura!

Andréa Carla Doré, Priscila Piazzentini Vieira  
e Vinícius Nicastro Honesko  
(Editores da Revista)